

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Europa

Europa – crise ou declínio?

José Pereira da Costa . Universidade Livre de Bruxelas

Não falta em Portugal quem pretenda enterrar a Europa, mesmo com ela ainda viva. Há os que escrevem Europa entre aspas, como se ela não existisse, ou nunca tivesse existido. Outros preocupam-se com o facto de não haver uma declaração programática e de princípios sobre o que é a Europa e que objectivos prossegue. Outros ainda denunciam a “confusão” existente nas instâncias comunitárias. Mas quando apareceu o projecto de Tratado Constitucional correram todos rapidamente a condená-lo como se tratasse de um monstro, quando precisamente se pretendia preencher algumas das lacunas acima referidas.

Os que estão contra a Europa em Portugal, políticos de esquerda ou de direita, empresários, universitários e jornalistas, funcionários do sector público ou privado, de uma maneira geral, são aqueles que não pretendem que o país se abra ao exterior para assim não perderem os seus privilégios e poderem continuar a mandar nas suas pequenas quintas. Detestam quem lhes faz concorrência. Mas quando começaram a chegar os fundos estruturais da CEE, em finais dos anos 80, aproveitaram-se deles, com as habilidades do costume. Fizeram-se muitas das infra-estruturas de que o país carecia, mas a educação e a formação necessárias para a adaptação à nova economia mundial foram simplesmente negligenciadas, encontrando-se actualmente Portugal, por essa razão, numa profunda crise política, económica e social, resultante igualmente do enfraquecimento do papel do Estado.

O que se conseguiu seria já muito, se não se tivessem perdido inúmeras oportunidades, e muitos outros fundos destinados ao desenvolvimento, que por exemplo a nossa vizinha Espanha aproveitou. Mesmo assim, Portugal sem a Europa estaria muito pior. Basta compará-lo com o país de há vinte ou trinta anos atrás. Esta Europa, tão criticada, pelo menos serviu para alguma coisa. Como vai servir para os dez novos países que aderiram há pouco mais de um ano.

Quem pensa que a Europa é um projecto linear, com objectivos definidos e aceites por todos (ou pelo menos pelos seus órgãos supremos), a realizar a curto ou médio prazo, está completamente enganado. Um exemplo significativo: o debate e os estudos sobre a abertura do mercado europeu da energia começaram no início dos anos 90 com o então comissário português Cardoso e Cunha. Passados mais de quinze anos, esse objectivo não está ainda completamente realizado. Por isso, dizer que há “um atraso sistemático entre o que é realizado e as oportunidades abertas e que estas não são exploradas em termos de crescimento e projecção de poder”, como o fez recentemente um conhecido ideólogo anti-europeu da nossa praça, num artigo intitulado “O Declínio da Europa”, é desconhecer totalmente como funcionam as instituições europeias.

Alain Minc disse, não há muito tempo, que a Europa é como o existencialismo de Jean-Paul Sartre: a existência precede a essência. O método comunitário não é o de definir objectivos e em seguida realizá-los. Qualquer política europeia, para ser implementada, tem de passar, só no interior das diferentes instituições, por dezenas de debates e reuniões onde participam centenas de pessoas, oriundas de todos os Estados da União. E não vale a pena pensar que um

projecto muito bem delineado, e que passou positivamente pelas diversas instâncias comunitárias, vai no final do processo ser adoptado sem problemas, porque no último momento há um imprevisto que acaba por neutralizá-lo. Um bom exemplo é o do incidente recente com os referendos francês e holandês sobre o Tratado Constitucional.

A Europa, ao contrário, tem sido feita mais a partir das crises por que tem passado, que num momento ou noutro deram origem a importantes avanços. Lembremo-nos apenas da crise de 1954, com a não aprovação pelo Parlamento francês da Comunidade Europeia da Defesa, e logo em seguida da criação da CEE. E isto porque a Europa é atravessada por importantes clivagens que dificultam os consensos, sendo uma das mais importantes a diferença religiosa entre católicos e protestantes, a que se juntou mais tarde a ortodoxia grega. Veja-se, a este propósito as dificuldades de estabelecimento de consensos sobre uma política europeia para os Balcãs, aquando do desencadeamento das guerras na ex-Jugoslávia e da invasão da Sérvia pela NATO, a que se opunha a Grécia. Repare-se, por outro lado, que os três países, dos Quinze, que não estão na zona euro, são de religião protestante. Também, por altura do último referendo para a entrada da Noruega na Comunidade, essa carta da desconfiança dos protestantes em relação ao mundo católico, e ao seu centralismo, foi também jogada. Quem assista a algumas das milhares de reuniões que se fazem por ano, na Comissão e no Conselho, para tratar dos mais variados temas, desde a energia às pescas ou à educação, verificará que normalmente existe uma clivagem entre países como o Reino Unido, a Holanda, a que se juntam muitas vezes a Dinamarca e a Suécia, e os países do sul como a França, a Itália e a Espanha, por exemplo. Normalmente, por questões relativas à utilização dos fundos, sobre os quais os nórdicos são muito mais rigorosos. Sendo o papel da Alemanha, quase sempre, o de reforçar estes últimos.

Não há dúvida que a Europa está em crise, política, económica e social. Mas dizer que se encontra em declínio é ignorar totalmente o que se passou a partir do fim da Guerra Fria, quando surgiu como uma potência economicamente pujante, resultante da aplicação do Acto Único e da realização do Mercado Interno Europeu. Com o desmoronamento do bloco soviético, a sua influência estendeu-se de imediato a leste, como seria normal. E a perspectiva de alargamento a esses países, concretizada quinze anos mais tarde, converteu-a numa potência mundial. O seu papel, não militar, mas de intervenção política e económica, para a solução dos perigosos conflitos que surgiram no leste e no sudeste europeu, foi determinante. Essa fase de intervenção, numa zona que se modificou totalmente de um ponto de vista geo-estratégico, terminará com as últimas adesões dos países dessa zona, previstas para os próximos anos.

Mas os desafios maiores da Europa, actualmente, para além de encontrar um consenso acerca da sua reformulação política e institucional, serão o da retoma do crescimento económico e o da resolução dos problemas relativos ao modelo social e ao seu financiamento na zona dos Quinze, pois que os dez novos países aderentes, para já, entraram numa fase de crescimento e de aproveitamento de todos os benefícios da integração, que se desenvolverá nos anos mais próximos.